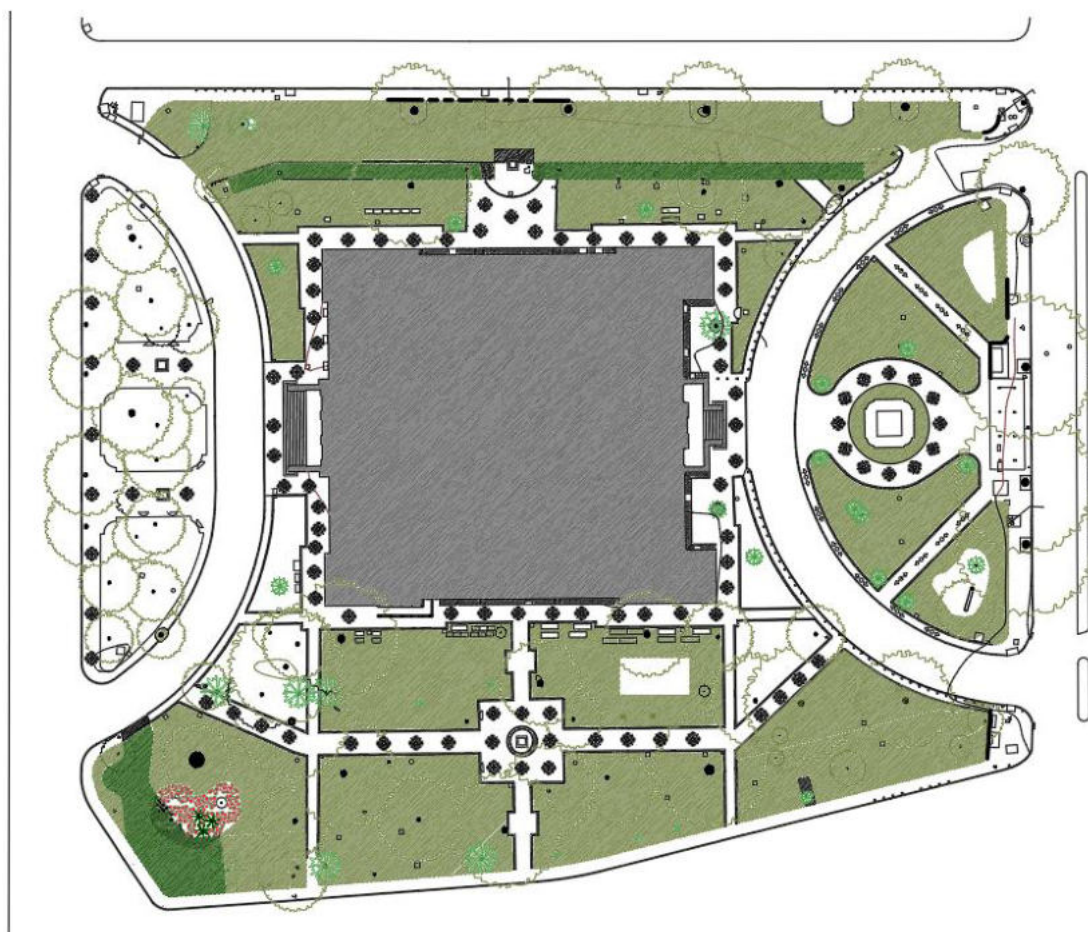




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS
DIRETORIA DE PLANOS E PROJETOS**

**PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE
PRAÇA ADOLFO CIRNE - RECIFE - PERNAMBUCO**



ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	3
1.1	EQUIPE TÉCNICA	3
1.2	LOCALIZAÇÃO	3
2	OBJETIVO E METODOLOGIA	4
3	JUSTIFICATIVA	5
4	PROGRAMA DE NECESSIDADES	6
5	EVOLUÇÃO DO PROJETO	6
5.1	ESTACIONAMENTO – VAGAS ACESSÍVEIS	6
5.2	ACESSO PRINCIPAL	6
5.3	ELEVADOR	7
6	ARQUITETURA	7
6.1	DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÕES	7
6.2	PARÂMETROS FUNCIONAIS E ESTÉTICOS	9
6.3	ACESSIBILIDADE	9
7	ELEMENTOS CONSTRUTIVOS	10
7.1	SISTEMA DE VEDAÇÃO VERTICAL	10
7.2	CIRCULAÇÃO VERTICAL	10
7.3	ESQUADRIAS	11
7.4	ESTRUTURAS DE FORRO	12
8	ELEMENTOS DE REVESTIMENTO E ACABAMENTO	12
8.1	REVESTIMENTO DE PAREDE INTERNOS E EXTERNOS	12
8.2	SISTEMAS DE PISOS EXTERNOS E INTERNOS	12
8.3	ACABAMENTOS DE TETO	13
9	ELEMENTOS	13
9.1	GUARDA-CORPO E CORRIMÃO	13
9.2	ELEMENTOS EXTERNOS	14
9.3	GRANITOS, LOUÇAS, METAIS, ACESSÓRIOS E COMPLEMENTOS	14
10	INTERVENÇÕES FUTURAS	18
11	PARTICULARIDADES	18
12	INVIABILIDADE TÉCNICA	19
1.	ACESSO LATERAL	19
2.	BANHEIROS	19
13	REFERÊNCIAS NORMATIVAS	20

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório faz parte dos produtos relativos ao Projeto de acessibilidade da Faculdade de Direito do Recife (FDR) – adotando o título de Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) - localizado na Praça Adolfo Cirne, no bairro Boa Vista, na cidade de Recife-PE.

Tem como objetivo estabelecer as condições referentes ao desenvolvimento dos serviços relativos à obra do projeto supracitado.

Para concepção deste projeto foram observadas as Normas Técnicas pertinentes a este tipo de edificação e aplicados princípios de acessibilidade e sustentabilidade relativos a diversos campos da construção civil.

Constam do presente documento a descrição dos elementos constituintes do projeto arquitetônico, com suas respectivas especificações. Constam também a citação de leis, normas, decretos, regulamentos, portarias, códigos referentes à construção civil, emitidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, ou por concessionárias de serviços públicos.

Os projetos complementares serão desenvolvidos pelas gerências responsáveis e entregues em volumes separados deste memorial, assim como o Orçamento e o Cronograma Físico-Financeiro de execução dos serviços.

1.1 EQUIPE TÉCNICA

Carlos Falcão - Superintendente da SPO

Maria Isabel Pinto – Diretoria de Planos e Projetos

Nicolau Firmo Spinelli – Coordenação de Arquitetura

Gabriele Lucas Barbosa – Arquiteta

1.2 LOCALIZAÇÃO

A Faculdade de Direito do Recife está situada na Praça Adolfo Cirne, no bairro Boa Vista, na cidade do Recife-PE. O acesso pode ser feito pela Rua Princesa Isabel (entrada principal) ou Rua do Riachuelo (entrada posterior).

O edifício está próximo ao Parque Treze de Maio, onde está localizada a Câmara Municipal do Recife.



Figura 1: Recorte do mapa de Recife. Em amarelo, a UFPE e em vermelho, a FDR.



Figura 2: Mapa com localização da FDR. Fonte: Google Earth, 2023.



Figura 3: Fachada principal da FDR.

2 OBJETIVO E METODOLOGIA

Objetiva planejar as intervenções à luz das normas de acessibilidade para possibilitar o desenvolvimento do projeto de acessibilidade da edificação por completo.

Considerando Ação Civil Pública interposta pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2014 através de Processo 0800949-53.2014.4.05.8300, cuja decisão determina a realização de obras

a fim de garantir a acessibilidade ao prédio da FDR em consonância com normas e leis vigentes, além de outros processos instaurados pelo MPF para adequação de acessibilidade nas instalações físicas no âmbito da UFPE.

Considerando o levantamento físico realizado pela CCBI, diagnóstico realizado pelas arquitetas Ana Tereza e Gabriele Barbosa em março de 2022 para identificação das irregularidades de acessibilidade e mapeamento dos pontos de intervenção, além disso, também foi considerado o Parecer Técnico nº 425/2019 – CNP/SPPEA, do Ministério Público Federal.

Considerando que a edificação da Faculdade de Direito do Recife, do início do século XX, é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), deve-se obter prévia autorização do Iphan para quaisquer reformas a serem executadas. Em 2023, foi realizada a consulta prévia para o estudo preliminar ao IPHAN, o qual foi aprovado com algumas considerações que foram ajustadas em projeto. Em seguida, foi realizada o pedido de aprovação da proposta, que foi aprovada em 2025 com algumas considerações – que também resultaram em algumas modificações de projeto.

3 JUSTIFICATIVA

Acessibilidade trata-se de um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social, conforme a Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência), sendo assim é necessário promover em todos os âmbitos da Administração Pública, acessibilidade ampla e irrestrita às pessoas com deficiência (PCD) como forma de promover a inclusão social.

A Lei nº 10.098/2000 aborda em seu capítulo IV acerca da acessibilidade em edifícios públicos: “Art. 11 A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.”, reforçada também pela Lei 13.146/2015 que dispõe em seu artigo 57 “As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.”

De tal forma que o decreto 5.296 estabelece em seu artigo 10 que “A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste Decreto”, bem como a obrigatoriedade das entidades de fiscalização profissional das atividades de Engenharia e Arquitetura em exigir a responsabilidade declarada de atendimento às regras de acessibilidade ao anotarem a responsabilidade técnica de projetos.

Por fim, para fins de embasamento técnico quanto às soluções de acessibilidade, pode-se compreender de que as normas técnicas de acessibilidade, a exemplo da NBR 9050/20¹, NBR 16.858-3/22² e NBR 16.537/18³, são referências normativas para esse tema.

¹ Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos (ABNT, 2020)

² Elevadores – Requisitos de segurança para construção e instalação. Parte 3: Acessibilidade para pessoas, incluindo pessoas com deficiência (ABNT, 2022).

³ Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação (ABNT, 2018).

Por fim, diante da necessidade de tornar a edificação acessível, sobretudo considerando Ação Civil Pública interposta pelo MPF em 2014, o projeto foi desenvolvido de forma a garantir que a edificação se torne acessível para todas as pessoas, dando importância também às limitações de uma edificação tombada.

4 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O Programa de necessidades foi desenvolvido, a princípio, de acordo com o parecer técnico do MPF em que apontou como pendências de adequação à acessibilidade os seguintes itens: elevador de passageiros, rampa de acesso, acesso externo, sanitários, estacionamento, biblioteca, auditório e escada interna.

Em seguida, também foram acrescentados outros itens baseados na visita técnica das arquitetas Gabriele e Ana Tereza, que realizaram um diagnóstico de acessibilidade identificando pontos prioritários para adequação da edificação.

Também houve solicitações⁴, por meio da Gerência de Infraestrutura do CCJ, para construção de rampas de acesso e demarcação de vagas para PCDs no estacionamento de alunos.

Algumas soluções de projeto foram construídas em conjunto com o IPHAN, após análise de projeto e demandas de

5 EVOLUÇÃO DO PROJETO

O projeto a nível de Estudo Preliminar (EP) foi inicialmente desenvolvido em maio/2022 pela arquiteta Gabriele Lucas Barbosa, o qual foi submetido à prévia avaliação pelo IPHAN em março de 2023. Resultando em aprovação do estudo com emissão de parecer técnico, que possui orientações para evoluir o EP de modo a viabilizar uma proposta possível de aprovação. Em seguida, a proposta de intervenção foi submetida a análise, resultando em aprovação com recomendações e necessidade de ajuste na proposta de plataforma elevatória do acesso principal.

5.1 ESTACIONAMENTO – VAGAS ACESSÍVEIS

SIPAC 18058/2023

Em 23 de outubro de 2023, foi solicitada a avaliação da possibilidade de construção de rampa de acesso no estacionamento para alunos cadeirantes, bem como a demarcação de vagas para esses alunos. Essa solicitação se deu por meio da demanda dos alunos que relataram que não deveria haver distinção para que alunos PCD utilizem as vagas do estacionamento dos professores por não se sentirem confortáveis ao fazerem tal uso.

Diante dessa solicitação, o projeto foi reestudado de modo a contemplar vagas para PCDs no estacionamento posterior de estudantes, como também a construção de rampa de acesso e melhoria no acesso de pedestres.

5.2 ACESSO PRINCIPAL

Após estudos técnicos e em conversa junto ao IPHAN, para tentar minimizar o impacto da retirada da pedra portuguesa, em vez de interferir nas pedras próximas a escadaria principal, optou-se pela diminuição de trecho do jardim e manutenção de 19,74m² de pedra portuguesa,

⁴ SIPAC 18058/2023 e SIPAC 15066/2023.

sendo assentada por profissional qualificado de forma a obter a forma mais plana possível – conforme orientações do IPHAN.

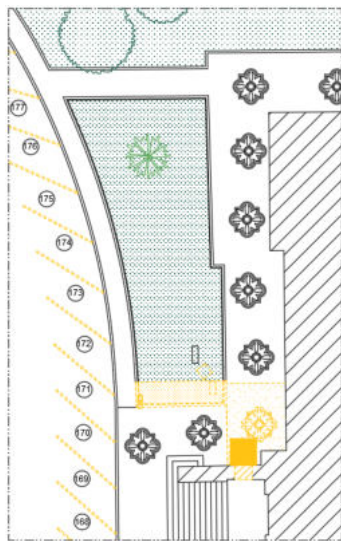


Figura 3: Recorte da prancha 10.

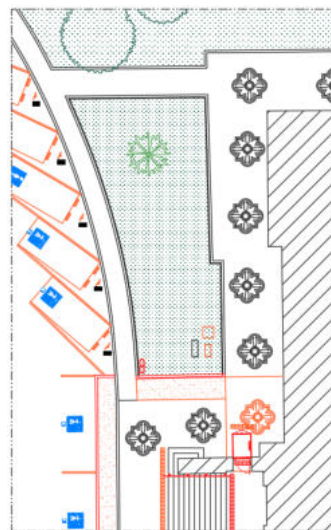


Figura 4: Recorte da prancha 11.

5.3 ELEVADOR

Verificou-se que o elevador novo que seria construído poderia ser dispensável em virtude de novo estudo das normas de acessibilidade para elevador, em que podemos considerar o elevador existente passível de adequação às normas de acessibilidade.

Segundo a norma 16858-3/2022⁵, as dimensões mínimas da cabina podem ser 0,90 m x 1,30 m acomodando um usuário com cadeira de rodas, podendo ser utilizado somente em edifício existentes. Dessa forma, o elevador existente encontra-se dentro dos parâmetros dimensionais.

5.4 ACESSO PRINCIPAL – PLATAFORMA ELEVATÓRIA

Após análise do projeto executivo pelo IPHAN com reunião do colegiado técnico dos órgãos de preservação cultural no Recife/PE, o PARECER TÉCNICO Nº 190/2025/COTEC IPHAN-PE/IPHAN-PE foi emitido com a seguinte recomendação “a proposta de inserção da plataforma elevatória foi reavaliada – sendo considerada viável a do tipo embutida no piso, concluímos que essa modificação assegura a inclusão social sem comprometer a integridade e a identidade do patrimônio e nem a leitura do conjunto, considerando a monumentalidade do edifício”. Dessa forma, o projeto sofreu alterações quanto ao tipo de plataforma – de vertical para embutida no piso.

6 ARQUITETURA

6.1 DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÕES

Para atendimento ao programa de necessidades, foram propostas algumas soluções projetuais baseando-se no caso concreto, nas limitações e viabilidade técnicas, nas normas técnicas inerentes e vigentes (a exemplo: NBR 9050, NBR 14.718, NBR 16.537). Neste tópico, serão apresentadas as soluções projetuais adotadas de forma geral por tipo de intervenção e

⁵ Elevadores – Requisitos de segurança para construção e instalação. Parte 3: Acessibilidade em elevadores para pessoas, incluindo pessoas com deficiência.

posteriormente serão apresentadas as particularidades e inviabilidades técnicas, caso necessário.

Por fim, as peças gráficas relativas ao Projeto Executivo de Arquitetura - Acessibilidade estão listadas na tabela abaixo.

Tabela 1: Peças gráficas de Arquitetura.

PRANCHAS	DESCRIÇÃO	ARQUIVO
P01 a 05/74	MAPA DE INTERVENÇÕES	CCJ_FDR_ACESSIBILIDADE_ARQ_EXE
P06 A 09/74	ROTA ACESSÍVEL	CCJ_FDR_ACESSIBILIDADE_ARQ_EXE
P10 A 25/74	ESTACIONAMENTO E ACESSOS	CCJ_FDR_ACESSIBILIDADE_ARQ_EXE_ACESSOS
P26 A 27/74	GUARDA-CORPO	CCJ_FDR_ACESSIBILIDADE_ARQ_EXE_ACESSOS
P28 A 35/74	CIRCULAÇÃO VERTICAL	CCJ_FDR_ACESSIBILIDADE_ARQ_EXE
P36 A 37/74	SALAS DE AULA	CCJ_FDR_ACESSIBILIDADE_ARQ_EXE
P38 A 39/74	AUDITÓRIO	
P40 A 59/74	BANHEIROS E DETALHAMENTO	
P60/74	DESNÍVEIS	
P61/74	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	
P62/74	BIBLIOTECA	
P63 A 74/74	BANCADAS	

A seguir a descrição das intervenções:

Tabela 2: Intervenções.

INTERVENÇÕES	
ROTA ACESSÍVEL	Indicação das rotas acessíveis, bem como a demolição de piso tátil e indicação dos mapas táteis.
ESTACIONAMENTO E ACESSOS	Inclusão de vagas acessíveis para idosos, gestantes e PCDs; construção de passagem de nível; construção de calçada em concreto; instalação de plataforma elevatória; e inclusão de elementos de acessibilidade como corrimão e piso tátil.
GUARDA-CORPO	Incorporação de elementos para garantir a altura mínima de 1,10m de altura do guarda-corpo.
CIRCULAÇÃO VERTICAL	Inclusão de corrimão, fita antiderrapante, sinalizador para degrau, piso tátil e placa de identificação de pavimento.
SALAS ESCALONADAS	Demolição de palco e tratamento de piso existente (se necessário) serão executados em etapa posterior em obra de restauração da edificação.
AUDITÓRIO	Demolição de palco e tratamento de piso existente serão executados em etapa posterior em obra de restauração da edificação; e indicação de assentos reservados.
BANHEIROS	Reforma de 04 banheiros para torná-los acessíveis

DESNÍVEIS	Tratamento de rampas metálicas
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	Substituição de mesas existentes por novas mesas acessíveis.
BIBLIOTECA	Substituição de balcão de atendimento por outro acessível, construção de terminal de consulta e mesa acessíveis
BANCADAS	Demolição de bancadas e construção de novas acessíveis

6.2 PARÂMETROS FUNCIONAIS E ESTÉTICOS

Para a elaboração do projeto foram condicionantes alguns parâmetros, a seguir relacionados:

- Programa arquitetônico
- Acessibilidade
- Distribuição dos blocos
- Layout
- Esquadrias
- Elementos arquitetônicos de identidade visual
- Funcionalidade dos materiais de acabamentos
- Especificações das cores de acabamento

6.3 ACESSIBILIDADE

Considerando que a Constituição de 1988, reza no seu Art. 6 que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional número 90, de 2015)”. É necessário promover em todos os âmbitos da Administração Pública, acessibilidade ampla e irrestrita aos portadores de deficiências físicas como forma de promover a inclusão social.

No Art. 8 do Decreto Federal N°5.296, de 2 de dezembro de 2004, a acessibilidade é definida como “Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de número 9.394/1996, reforça aspectos que corroboram com a Constituição Brasileira, em seus artigos 3 e 4 ao definir os mesmos princípios e fins da educação nacional. O Plano Nacional de Educação, traçado para o decênio de 2014-2024 e aprovado pela lei número 13.005/2014, vem estabelecer entre as diversas diretrizes a superação das desigualdades educacionais por meio da erradicação de todas as formas de discriminação, do respeito aos direitos humanos, à diversidade e a sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Assim, compreendemos que os marcos legais e as diretrizes educacionais brasileiras não deixam dúvidas quanto à necessidade de se cuidar das questões de inclusão social e educacional, preservadas as especificidades de cada etapa e modalidade de ensino com vista à promoção da cidadania, à eliminação de todas as formas de discriminação e à promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade.

Dessa forma, o projeto arquitetônico baseado na norma ABNT NBR 9050/2020 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, proporciona a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, auxiliando na eliminação de barreiras e na construção de uma sociedade inclusiva.

7 ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

7.1 SISTEMA DE VEDAÇÃO VERTICAL

7.1.1 Alvenaria de blocos cerâmicos

Os tijolos de barro maciços ou furados serão de procedência conhecida e idônea, bem cozidos, de textura homogênea, compactos, suficientemente duros para o fim a que se destinam, isentos de fragmentos calcários, ou outro material estranho qualquer. Deverão apresentar arestas vivas e faces planas sem fendas e dimensões regulares.

Nos banheiros do nível 1, deverá haver a construção de pilaretes e cinta de amarração na alvenaria em concreto FCK \geq 25Mpa 10X20 CM.

7.1.2 Divisórias

Foram propostos os tipos de divisória:

- Divisória em **mármore branco** polido nas duas faces, espessura 2 cm, larguras e alturas conforme projeto, engastado na parede 2 cm e no piso 3cm.

7.2 CIRCULAÇÃO VERTICAL

Nesse projeto, foram objetos de intervenção:

7.2.1 Escadas

Nas escadas, foram propostas as seguintes intervenções:

- Corrimão duplo com placa em braille;
- Piso tátil de alerta indicando início e fim dos degraus;
- Fita antiderrapante nos pisos dos degraus;
- Sinalizador fotoluminescente de degrau instalado nos pisos e espelhos;
- Placa de indicação de pavimentos nas paredes.

7.2.2 Elevador existente

O equipamento mecânico de circulação vertical deve atender às normas técnicas existentes, em especial a NBR 9050/2020 e a NBR 16858-3/2022⁶.

Conforme projeto e em atendimento ao item 5.4.5.2 da NBR 9050/20, deve haver sinalização de pavimento localizada nos dois batentes externos, indicando o andar, e deve ser em relevo e em Braille. A altura dos caracteres deve variar de 15 mm a 50 mm, e a distância entre eles deve ser de 5 mm. Deve ser instalada a uma altura entre 1,20 m e 1,60 m, medida do piso.

⁶ Elevadores – requisitos de segurança para construção e instalação. Parte 3: Acessibilidade em elevadores para pessoas, incluindo pessoas com deficiência

Em atendimento ao item 6.9.1 da NBR 16537/18, deve haver sinalização tátil de alerta aplicada, conforme projeto, na largura do vão da porta do elevador a uma distância de 0,25 m em relação ao trilho da porta.

7.2.3 Plataforma Elevatória

O equipamento mecânico de circulação vertical deve atender às normas técnicas existentes, em especial a NBR 9050/2020 e a NBR ISO 9386-1⁷.

Deve atender às seguintes características:

- A largura de abertura livre da porta deve ser pelo menos de 900mm;
- As portas de pavimento não devem abrir para dentro da caixa; ser de fechamento autônomo, porém estáveis na posição aberta; não devem ser perfuradas e não devem requerer uma força maior do que 40 N para serem abertas;
- As dimensões internas devem ser de no mínimo 900 x 1400 mm;
- Deve possuir dispositivo de alarme de emergência.

Em atendimento ao item 6.9.1 da NBR 16537/18, deve haver sinalização tátil de alerta aplicada, conforme projeto, na largura do vão da porta do elevador a uma distância de 0,25 m em relação ao trilho da porta.

MODELO DE REFERÊNCIA: PLATAFORMA EMBUTIDA COM DIMENSÕES 110 X 140 CM PARA ÁREA EXTERNA, COM FECHAMENTO DE GUARDA-CORPO EM ALUMÍNIO E VIDRO, H=110CM.
REF.: FABRICANTE LITTLE LIFT ACESSIBILIDADE OU EQUIVALENTE TÉCNICO.

7.3 ESQUADRIAS

7.3.1 Portas de Madeira

CÓDIGO	DIMENSÕES (CM)	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
PM 8g'	160 x 210	PORTA DE GIRO COM 2 FOLHAS COM GRADE EM MADEIRA DE LEI APARELHADA TIPO MAÇARANDUBA E FOLHA EM MADEIRA SEMI OCA APARELHADA COM ACABAMENTO EM PINTURA ESMALTE SINTÉTICO COM BARRA EM AÇO INOX E CHAPA DE AÇO	WC FEM – PORÃO: 01
PM 3F	80 x 210	PORTA DE GIRO COM 1 FOLHA COM GRADE EM MADEIRA DE LEI APARELHADA TIPO MAÇARANDUBA E FOLHA EM MADEIRA SEMI OCA APARELHADA COM ACABAMENTO EM PINTURA ESMAL SINTÉTICO COM BARRA EM AÇO INOX E CHAPA DE AÇO	WC MASC. NÍVEL 1: 01 WC FEM. NÍVEL 1: 01

7.3.2 Portas de Vidro

CÓDIGO	DIMENSÕES (CM)	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
PV 3e	80 x 160	PORTA DE VIDRO TEMPERADO SERIGRAFADO COM DOBRADIÇAS (02 UNIDADES) E FECHADURA CROMADAS E INDUSTRIALIZADAS	WC MASC. NÍVEL 1: 03 WC FEM. NÍVEL 1: 04

⁷ Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional. Parte 1: Plataformas de elevação vertical

7.4 ESTRUTURAS DE FORRO

7.4.1 Forro em gesso acartonado

FORRO EM GESSO ACARTONADO TIPO STAF COM PINTURA EM TINTA ACRÍLICA ANTIMOFO, ACABAMENTO FOSCO, NA COR BRANCO GELO REF.002, SOBRE MASSA CORRIDA, FABRICANTE CORAL OU EQUIVALENTE TÉCNICO

8 ELEMENTOS DE REVESTIMENTO E ACABAMENTO

8.1 REVESTIMENTO DE PAREDE INTERNOS E EXTERNOS

REVESTIMENTO DE PAREDE	LOCAL DE APLICAÇÃO
REVESTIMENTO EM PORCELANATO NÃO ESMALTADO (UGL), RETIFICADO, NAS DIMENSÕES 60x60 CM, ACABAMENTO POLIDO, NA COR CINZA REF.: MINIMUM CIMENTO PO DA MARCA ELIANE OU EQUIVALENTE TÉCNICO	BANHEIROS
PINTURA EM TINTA ACRÍLICA FOSCA NA COR BRANCO GELO, REF. 002, FABRICANTE CORAL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	BANHEIROS, CIRCULAÇÃO

8.2 SISTEMAS DE PISOS EXTERNOS E INTERNOS

8.2.1 Externos

REVESTIMENTO DE PISO	LOCAL DE APLICAÇÃO
CALÇADA EM CONCRETO SIMPLES FCK 25 Mpa, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE, ESPESSURA 10cm, COM JUNTAS CORTADAS A CADA 1,50m.	CALÇADAS
MANUTENÇÃO DE 19,74m² DE PEDRA PORTUGUESA, SENDO ASSENTADA POR PROFISSIONAL QUALIFICADO DE FORMA A OBTER A FORMA MAIS PLANA POSSÍVEL (REFAZIMENTO COM APROVEITAMENTO CONFORME PROJETO DE RESTAURAÇÃO DE JORGE PASSOS)	CALÇADAS
PISO TÁTIL DE ALERTA EM LADRILHO DE CONCRETO, DIMENSÃO 25 X 25 CM, ESPESSURA 2CM, NA COR AMARELO, MARCA WAT PLAST OU EQUIVALENTE TÉCNICO	CALÇADAS
PISO TÁTIL DIRECIONAL EM LADRILHO DE CONCRETO, DIMENSÃO 25 X 25 CM, ESPESSURA 2CM, NA COR AMARELO, MARCA WAT PLAST OU EQUIVALENTE TÉCNICO	CALÇADAS
PISO TÁTIL DE ALERTA EM BORRACHA SINTÉTICA PASTILHADO 5MM DE ESPESSURA E DIMENSÕES DE 25X25CM NA COR AMARELO DE MARCA TOTAL ACESSIBILIDADE OU EQUIVALENTE TÉCNICO	PATAMAR DE ACESSO
PINTURA DE FAIXA LARGURA 10CM EM TINTA ACRÍLICA PREMIUM LINHA PINTA PISO NA COR BRANCO ACABAMENTO FOSCO MARCA CORAL OU SIMILAR	ESTACIONAMENTO
PINTURA DE SÍMBOLO EM TINTA ACRÍLICA PREMIUM LINHA PINTA PISO NA COR BRANCO ACABAMENTO FOSCO MARCA CORAL OU SIMILAR COM FUNDO EM TINTA ACRÍLICA PREMIUM LINHA PINTA PISO NA COR AZUL ACABAMENTO FOSCO MARCA CORAL OU SIMILAR	ESTACIONAMENTO
MEIO FIO DE CONCRETO 15X30X80cm, NA COR GRAFITE, DA MULTIBLOCO (REF. MF30), OU EQUIV. TÉCNICO	ESTACIONAMENTO

8.2.2 Internos

REVESTIMENTO DE PISO	LOCAL DE APLICAÇÃO
PISO TÁTIL DE ALERTA EM BORRACHA SINTÉTICA PASTILHADO 5MM DE ESPESSURA E DIMENSÕES DE 25X25CM NA COR PRETO DE MARCA TOTAL ACESSIBILIDADE OU EQUIVALENTE TÉCNICO	ESCADAS

FITA ANTIDERRAPANTE SAFETY-WALK NA COR PRETO, LARGURA 5CM. MARCA 3M OU EQUIVALENTE TÉCNICO	ESCADAS
SINALIZADOR FOTOLUMINESCENTE PARA DEGRAU 3x7cm DA MARCA SOLUÇÃO ACESSÍVEL OU EQUIVALENTE TÉCNICO (INSTALAR NO PISO E NO ESPELHO)	ESCADAS
ADESIVO POLIPROPILENO 15X15 CM PARA DEMARCAÇÃO DE ESPAÇO RESERVADO PCD	AUDITÓRIO
REVESTIMENTO EM PORCELANATO NÃO ESMALTADO (UGL), RETIFICADO, NAS DIMENSÕES 60x60 CM, ACABAMENTO NATURAL, NA COR CINZA REF.: MINIMUM CIMENTO NA DA MARCA ELIANE OU EQUIVALENTE TÉCNICO	BANHEIROS
SOLEIRA EM MÁRMORE BRANCO POLIDO, LARGURA 15CM, ESPESSURA 2CM, NOS LOCAIS DEMARCADOS	BANHEIROS

8.3 ACABAMENTOS DE TETO

REVESTIMENTO DE TETO	LOCAL DE APLICAÇÃO
LAJE EXISTENTE EM CONCRETO, APLICAR PINTURA EM TINTA ACRÍLICA ANTIMOFO, COM ACABAMENTO FOSCO, NA COR BRANCO GELO REF.002, FABRICANTE CORAL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	PORÃO: WC FEMININO NÍVEL 3: WC FEMININO E WC MASCULINO
FORRO EM GESSO ACARTONADO TIPO STAF COM PINTURA EM TINTA ACRÍLICA ANTIMOFO, ACABAMENTO FOSCO, NA COR BRANCO GELO REF.002, SOBRE MASSA CORRIDA, FABRICANTE CORAL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	NÍVEL 1: WC FEMININO E WC MASCULINO

9 ELEMENTOS

9.1 GUARDA-CORPO E CORRIMÃO

GUARDA-CORPO	LOCAL DE APLICAÇÃO
GUARDA-CORPO 01: GUARDA-CORPO EM VIDRO LAMINADO 12MM FIXADO ATRAVÉS DE PERFIL GUARDA-CORPO - INFINITY VIEW TOP ALUMÍNIO ANODIZADO FOSCO, MARCA GLASSVETRO OU EQUIVALENTE TÉCNICO E CONECTADOS COM JUNÇÃO H EM AÇO INOX (ALTURA 110 CM)	GUARDA-CORPO EXISTENTE NA CIRCULAÇÃO DO PÁTIO PRINCIPAL
GUARDA-CORPO 02: GUARDA-CORPO EM VIDRO LAMINADO 12MM FIXADO ATRAVÉS DE PERFIL GUARDA-CORPO - INFINITY VIEW TOP ALUMÍNIO ANODIZADO FOSCO, MARCA GLASSVETRO OU EQUIVALENTE TÉCNICO E CONECTADOS COM JUNÇÃO H EM AÇO INOX (ALTURA 110 CM)	ARQUIBANCADAS DAS GALERIAS 1 E 2 DO SALÃO NOBRE
GUARDA-CORPO 03: GUARDA-CORPO EM VIDRO TEMPERADO 8MM FIXADO EM PERFIL U EM AÇO INOX E CONECTADOS POR JUNÇÃO EM H EM AÇO INOX (ALTURA 30 CM)	SOBRE GUARDA-CORPOS EXISTENTES DAS GALERIAS 1 E 2 DO SALÃO NOBRE
GUARDA-CORPO EM TUBO EM AÇO GALVANIZADO 6x6 CM COM FECHAMENTO EM BARRA CHATA E TUBO DE AÇO GALVANIZADO Ø1 1/2" E AMARRAÇÃO EM TUBO DE AÇO GALVANIADO Ø2" COM PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO FOSCO COR VERDE (SIMILAR A EXISTENTE), MARCA CORAL OU EQUIVALENTE TÉCNICO SOBRE PROTEÇÃO ANTIFERRUGINOSA – CHUMBADOS NO SOLO SOBRE BLOCO DE CONCRETO SIMPLES FCK 15MPA 20X25X30 CM	ACESSO LATERAL
GUARDA-CORPO EM AÇO GALVANIZADO, MONTANTES QUADRADOS 50X50MM COM CORRIMÃO DUPLO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO Ø 1 1/2" E ACABAMENTO EM ESMALTE SINTÉTICO FOSCO NA COR MARROM (SIMILAR AO GUARDA-CORPO EXISTENTE), MARCA CORAL OU EQUIVALENTE TÉCNICO	ESCADAS NO PÁTIO INTERNO

CORRIMÃO	LOCAL DE APLICAÇÃO
CORRIMÃO EM 2 ALTURAS EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO Ø 1 1/2" COM FIXAÇÃO POR CHAPA EM AÇO GALVANIZADO DOBRADA #3/16" FIXADOS EM MONTANTES EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO Ø 2 1/2", FIXADOS NO PISO ATRAVÉS DE CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 1/8" COM PARAFUSO 3/16"x80MM. PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO ACABAMENTO ALTO BRILHO COR BRANCO (SIMILAR A COR DO MÁRMORE EXISTENTE), MARCA CORAL OU EQUIVALENTE TÉCNICO SOBRE PROTEÇÃO ANTIFERRUGINOSA	ACESSO PRINCIPAL
CORRIMÃO DUPLO CENTRAL EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO Ø 1 1/2" COM FIXAÇÃO POR CHAPA EM AÇO GALVANIZADO DOBRADA #3/16" FIXADOS EM MONTANTES EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO Ø 2 1/2", FIXADOS NO PISO ATRAVÉS DE CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 1/8" COM PARAFUSO 3/16"x80MM. PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO ACABAMENTO ALTO BRILHO COR BRANCO (SIMILAR A COR DO MÁRMORE EXISTENTE), MARCA CORAL OU EQUIVALENTE TÉCNICO SOBRE PROTEÇÃO ANTIFERRUGINOSA	ACESSO POSTERIOR
CORRIMÃO DUPLO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO Ø 1 1/2" COM PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO ACABAMENTO ALTO BRILHO COR BRONZE (SIMILAR A COR DO GUARDA-CORPO EXISTENTE), MARCA CORAL OU EQUIVALENTE TÉCNICO SOBRE PROTEÇÃO ANTIFERRUGINOSA FIXADOS COM CHAPA EM AÇO GALVANIZADO #1/8" NA PAREDE	ESCADA 01 ESCADA 02 RAMPA ACESSO WCs – NÍVEL 1

9.2 ELEMENTOS EXTERNOS

9.2.1 Blocos de concreto

- BLOCO DE CONCRETO TIPO "BATE-RODA" 50x17x13x2 CM

9.2.2 Placas de sinalização

- PLACA DE SINALIZAÇÃO SV1:** TUBO EM AÇO GALVANIZADO DE Ø 2" PAREDE 2,5 MM CHUMBADO NO SOLO 50CM SOBRE BLOCO DE CONCRETO SIMPLES FCK 15 MPA, DIMENSOES 30x30x60 CM COM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO ESPESSURA 1,55 MM FIXADA ATRAVÉS DE BRAÇADEIRA DE AÇO GALVANIZADO COM ADESIVO VINIL INDICANDO ESTACIONAMENTO PARA **PESSOA COM DEFICIÊNCIA** (CONFORME DETALHE EM PROJETO);
- PLACA DE SINALIZAÇÃO SV2:** TUBO EM AÇO GALVANIZADO DE Ø 2" PAREDE 2,5 MM CHUMBADO NO SOLO 50CM SOBRE BLOCO DE CONCRETO SIMPLES FCK 15 MPA, DIMENSOES 30x30x60 CM COM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO ESPESSURA 1,55 MM FIXADA ATRAVÉS DE BRAÇADEIRA DE AÇO GALVANIZADO COM ADESIVO VINIL INDICANDO ESTACIONAMENTO PARA **IDOSOS** (CONFORME DETALHE EM PROJETO);
- PLACA DE SINALIZAÇÃO SV3:** TUBO EM AÇO GALVANIZADO DE Ø 2" PAREDE 2,5 MM CHUMBADO NO SOLO 50 CM SOBRE BLOCO DE CONCRETO SIMPLES FCK 15 MPA, DIMENSOES 30x30x60 CM COM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO ESPESSURA 1,55 MM FIXADA ATRAVÉS DE BRAÇADEIRA DE AÇO GALVANIZADO COM ADESIVO VINIL INDICANDO ESTACIONAMENTO PARA **GESTANTES** (CONFORME DETALHE EM PROJETO);

9.3 GRANITOS, LOUÇAS, METAIS, ACESSÓRIOS E COMPLEMENTOS

9.3.1 Mármore/Granito

- PRATELEIRA EM MÁRMORE BRANCO ESPESSURA 20MM;
- BANCO EM MÁRMORE BRANCO ESPESSURA 20MM;

BANCADA	DESCRIÇÃO	LOCAL DE APLICAÇÃO
BANCADA B1	MÁRMORE BRANCO ESPESSURA 20MM COM TESTEIRA E RESPALDO CONFORME DETALHAMENTO;	BANHEIROS
BANCADA B2	BANCADA EM GRANITO NATURAL POLIDO TIPO PRETO TIJUCA, ESPESSURA 20mm, DIMENSÕES 283x82 CM, COM PORTA EM MADEIRA 20MM REVESTIDA LAMINADO MELAMÍNICO ALTA PRESSÃO NA COR PRETA	NÍVEL 0: COORDENAÇÃO/ ESCOLARIDADE
BANCADA B3	BANCADA EM GRANITO NATURAL POLIDO TIPO PRETO TIJUCA DIMENSÃO 0.90x0.82M, ESPESSURA 20mm	NÍVEL 0: BIBLIOTECA
BANCADA B4	BANCADA EM GRANITO NATURAL POLIDO TIPO PRETO TIJUCA, ESPESSURA 20mm, DIMENSÕES 223x82 CM, COM PORTA EM MADEIRA 20MM REVESTIDA LAMINADO MELAMÍNICO ALTA PRESSÃO NA COR PRETA	NÍVEL 0: DIREITO PÚBLICO ESPECIALIZADO - II DEPARTAMENTO
BANCADA B5	BANCADA EM GRANITO NATURAL POLIDO TIPO PRETO TIJUCA, ESPESSURA 20mm, DIMENSÕES 268x82 CM, COM PORTA EM MADEIRA 20MM REVESTIDA LAMINADO MELAMÍNICO ALTA PRESSÃO NA COR PRETA	NÍVEL 0: TEORIA GERAL DO DIREITO E DIREITO PRIVADO - III DEPTO
BANCADA B6	BANCADA EM GRANITO NATURAL POLIDO TIPO PRETO TIJUCA, ESPESSURA 20mm, DIMENSÕES 241x82 CM, COM PORTA EM MADEIRA 20MM REVESTIDA LAMINADO MELAMÍNICO ALTA PRESSÃO NA COR PRETA	NÍVEL 0: DIREITO PÚBLICO GERAL PROCESSUAL - I DEPARTAMENTO
BANCADA B7	BANCADA EM GRANITO NATURAL POLIDO TIPO PRETO TIJUCA, ESPESSURA 20mm, DIMENSÕES 338x82 CM, COM PORTA EM MADEIRA 20MM REVESTIDA LAMINADO MELAMÍNICO ALTA PRESSÃO NA COR PRETA	NÍVEL 0: CANTINA
BANCADA B8	BANCADA EM GRANITO NATURAL POLIDO TIPO PRETO TIJUCA DIMENSÃO 2.60x0.85M, ESPESSURA 20mm	BIBLIOTECA (BALCÃO DE ATENDIMENTO)
BANCADA B9	BANCADA EM GRANITO NATURAL POLIDO TIPO PRETO TIJUCA DIMENSÃO 2.15x0.60M, ESPESSURA 20mm	BIBLIOTECA (TERMINAL DE CONSULTA)

9.3.2 Mesas

- 02 unidades no Laboratório de informática: TODA A BANCADA SERÁ EXECUTADA EM MADEIRA SIMILAR À EXISTENTE, TENDO AS BORDAS DO TAMPO BOLEADA, CONFORME DETALHAMENTO;
- 01 unidade na Biblioteca: TODA A BANCADA SERÁ EXECUTADA EM MADEIRA SIMILAR À EXISTENTE, CONFORME DETALHAMENTO.
- 01 unidade no Hall Principal: TODA A BANCADA SERÁ EXECUTADA EM MADEIRA SIMILAR À EXISTENTE, CONFORME DETALHAMENTO.



Figura 5: Laboratório de informática.



Figura 6: Biblioteca.

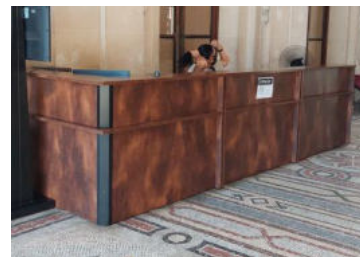


Figura 7: Hall principal.

9.3.3 Espelho

- ESPELHO CRISTAL ESPESSURA 4MM 0,50M (C) X 1,00M (H). INSTALAR A 0,85M DO PISO ACABADO (BORDA INFERIOR);
- ESPELHO CRISTAL ESP. 4MM SOBRE COMPENSADO 10MM. INSTALAR A 1,00M DE ALTURA DO PISO ACABADO (BORDA INFERIOR).

9.3.4 Bacias sanitárias

- BACIA SANITÁRIA PARA CAIXA ACOPLADA NA COR BRANCO REF. P115.17 LINHA IZY CONFORTO FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO. COM: A) CAIXA ACOPLADA TIPO IZY CONFORTO DA DECA NA COR BRANCO REF. CDC.00F.17 OU EQUIVALENTE TÉCNICO; B) ASSENTO PLÁSTICO TIPO SLOW CLOSE DA DECA PARA BACIA IZY NA COR BRANCO GELO REF. AP.165.17 OU EQUIVALENTE TÉCNICO; C) ANEL DE VEDAÇÃO PARA BACIA.
- BACIA SANITÁRIA EM LOUÇA PARA CAIXA ACOPLADA NA COR BRANCO REF P111.17 LINHA IZY FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO. COM: A) CAIXA ACOPLADA NA COR BRANCO REF. CD.00F.17 LINHA IZY FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO; B) ASSENTO PLÁSTICO TIPO SLOW CLOSE NA COR BRANCO REF. AP.165.17 LINHA IZY FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO; C) ANEL DE VEDAÇÃO PARA BACIA.

9.3.5 Lavatórios

- LAVATÓRIO EM LOUÇA NA COR BRANCO REF. L.15.17 LINHA IZY, VÁLVULA DE ESCOAMENTO REF. 1602.C, SIFÃO METÁLICO PARA LAVATÓRIO 1"X1 1/2" REF. 1680.C100.112. FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO. INSTALAR CONJUNTO A 0,80M DE ALTURA DO PISO ACABADO (BORDA SUPERIOR).

9.3.6 Cubas

- CUBA DE EMBUTIR OVAL GRANDE EM LOUÇA PARA APLICAÇÃO EM BANCADA REF. L.37.17 NA COR BRANCO, VÁLVULA DE ESCOAMENTO REF. 1602.C, SIFÃO METÁLICO PARA LAVATÓRIO 1"X1 1/2" REF. 1680.C100.112. FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO

9.3.7 Torneiras

- TORNEIRA METÁLICA DE MESA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO PARA LAVATÓRIO, ACABAMENTO CROMADO, REF. 1173.C.CONF LINHA DECAMATIC ECO CONFORTO,

LIGAÇÃO FLEXÍVEL MALHA DE AÇO 30CM REF.4607.C FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO;

- TORNEIRA METÁLICA DE MESA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO PARA LAVATÓRIO, ACABAMENTO CROMADO, REF. 1170.C LINHA DECAMATIC, LIGAÇÃO FLEXÍVEL MALHA DE AÇO 30CM REF.4607.C FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO;

9.3.8 Ducha

- DUCHA HIGIÊNICA COM REGISTRO E DERIVAÇÃO, COMPRIMENTO 1.20M REF. 1984.C24.ACT.BR LINHA IZY PLUS FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO.

9.3.9 Chuveiro

- CHUVEIRO METÁLICO TRADICIONAL COM TUBO DE PAREDE REF. 1967.C.CT LINHA ASPEN FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO. INSTALAR A 2.10M DE ALTURA DO PISO ACABADO (EIXO);

9.3.10 Barras de apoio

- BARRA DE APOIO HORIZONTAL RETA DIMENSÃO 80CM EM AÇO INOX POLIDO REF.2310.I.080.POL LINHA CONFORTO FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO.
- BARRA DE APOIO VERTICAL RETA DIMENSÃO 70CM EM AÇO INOX POLIDO REF.2310.I.070.POL LINHA CONFORTO FABRICANTE DECA.
- BARRA DE APOIO RETA DIMENSÃO 40 CM EM AÇO INOX POLIDO, REF. 2310.I.040.POL LINHA CONFORTO FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO.
- BARRA DE APOIO LATERAL PARA LAVATÓRIO, TIPO "U" EM AÇO INOX POLIDO REF. 2373.I.030.POL LINHA CONFORTO FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO. INSTALAR A 0,80M DE ALTURA DO PISO ACABADO (BORDA SUPERIOR).

9.3.11 Registros

- ACABAMENTO PARA REGISTRO DE GAVETA REF 4900.C40.PQ.CR LINHA TARGA FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO;
- ACABAMENTO PARA REGISTRO DE PRESSÃO REF 4900.C40.PQ.CR LINHA TARGA FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO.

9.3.12 Acessórios

- CABIDE COM ACABAMENTO CROMADO REF. 2060.C01 LINHA NET FABRICANTE DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO. INSTALAR A 1,00M DE ALTURA DO PISO ACABADO (EIXO).
- CONJUNTO DE 01 (UMA) BOTOEIRA / ACIONADOR MANUAL DE ALARME DE EMERGÊNCIA COM BOTÃO DO TIPO SOCO, SEM FIO, REF. AFAMPNEW DA ABAFIRE OU EQUIVALENTE TÉCNICO COM 01 (UMA) SIRENE AUDIOVISUAL PARA EMERGÊNCIA EM SANITÁRIO PNE/PCD SEM FIO, REF. AFSVPNEW DA ABAFIRE OU EQUIVALENTE TÉCNICO, CONFORME COM A NBR 9050.
- DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO TIPO ROLÃO (300/500M) LINHA CLEAN VELOX, NA COR BRANCO, REF. C19650 FABRICANTE PREMISSE OU EQUIVALENTE TÉCNICO;
- DISPENSER BOBINA PUXA E CORTA PARA PAPEL TOALHA TIPO ROLO, NA COR BRANCO, FABRICANTE PREMISSE OU EQUIVALENTE TÉCNICO.
- DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO PARA SER USADO COM REFIL OU RESERVATÓRIO DE 800ML, LINHA CLEAN VELOX, NA COR BRANCO, REF. C19429 FABRICANTE PREMISSE OU EQUIVALENTE TÉCNICO.

10 INTERVENÇÕES FUTURAS

11 PARTICULARIDADES

Considerando que a edificação da Faculdade de Direito do Recife, do início do século XX, é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e inscrita, em 06 de agosto de 1980, no Livro do Tombo Histórico, a folha 83, sob o nº 480 e a folha 3, sob o nº 544, do Livro do Tombo das Belas Artes Volume Segundo, e publicado Diário Oficial no dia 01/08/1980, às fls. 15369;

Considerando o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, que dispõe:

Art. 17 As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa (...)

Considerando a Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno, traz:

Art 4º A realização de intervenção em bem tombado, individualmente ou em conjunto, ou na área de entorno do bem, deverão ser precedidas de autorização do Iphan.

Considerando a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que dispõe:

Art. 42 (...)

§2º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, **observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.**

Além do mais, a Lei nº 10.098/2000 (Lei da acessibilidade), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, que também restringe a aplicabilidade da lei quanto aos edifícios com valor histórico em seu Art. 25.

Art. 25 As disposições desta Lei aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias **observem as normas específicas reguladoras destes bens.** (grifo nosso)

E complementa no Art. 30 do Decreto nº 5296/2004, que regulamenta a lei 10.098:

Art. 30 As soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis **devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa no 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, de 25 de novembro de 2003.** (grifo nosso)

Ademais, o Iphan, em sua Instrução Normativa nº 1, aborda sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis em seu item 1:

1. [...]

b) Cada intervenção deve ser considerada como um caso específico, avaliando-se as possibilidades de adoção de soluções em acessibilidade frente às limitações inerentes à preservação do bem cultural imóvel em questão;

c) **O limite para a adoção de soluções em acessibilidade decorrerá da avaliação sobre a possibilidade de comprometimento do valor testemunhal e da integridade estrutural resultantes.** (grifo nosso)

Dessa forma, as irregularidades apontadas pelo MPF e propostas apresentadas devem ser avaliadas sobre o caso concreto. E diante da impossibilidade de realização de certas adaptações

em virtude de limitações técnicas e de cunho histórico-cultural, o projeto em questão procurou causar o menor impacto possível considerando o valor do imóvel em questão.

Ademais, é importante destacar também a necessidade de avaliação e aprovação por parte do Iphan e obedecendo aos cinco princípios (Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010 do IPHAN) de modo a não afetar a integridade do bem.

12 INVIABILIDADE TÉCNICA

1. ACESSO LATERAL

Considerando a estrutura e características da edificação, é inviável tecnicamente a adequação de acessibilidade no acesso lateral, visto que não comporta o aumento do vão da porta para atender os 2,10 m de altura, bem como não há espaço suficiente para garantir os espaços livres nas laterais da porta de modo a facilitar a abertura da porta às pessoas em cadeira de rodas.



Figura 8: Acesso lateral externamente e internamente, respectivamente.

A norma ainda permite que na impraticabilidade da existência destes espaços livres, deve-se garantir equipamento de automação da abertura e fechamento das portas através de botoeira ou sensor, entretanto, por questões de segurança dos usuários, não é possível prover um equipamento de automação. E ainda que fosse, a limitação de altura dessa porta ainda não tornaria essa entrada 100% acessível. Outro ponto a se destacar é a obrigatoriedade da entrada principal, ou de acesso do maior número de pessoas, atender a todas as condições de acessibilidade.

12.1 BANHEIROS


Por questões estruturais, os banheiros do subsolo não poderão ser 100% acessíveis. Por possuírem parte de sua estrutura internamente ao banheiro, restando um “corredor” de apenas 1,20 m, impossibilitando o giro de 360º de uma cadeira de rodas - o qual necessitaria de um diâmetro de 1,50 m.



Figura 9: Banheiro feminino do subsolo.

13 REFERÊNCIAS NORMATIVAS

- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16537 - Acessibilidade - Sinalização tátil no piso. Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.
- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14718 – Guarda-corpos para edificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2019.
- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5674. Manutenção de edificações – Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos.
- Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CONFEA-CREA.
- Instruções e Resoluções dos Órgãos do CAU.
- Normas do Inmetro.
- Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, SEAP - Secretaria de Estado de Administração e do Patrimônio.

Documento assinado digitalmente
 GABRIELE LUCAS BARBOSA
Data: 28/11/2025 10:12:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Gabriele Lucas Barbosa
Arquiteta e Urbanista
CAU A144777-7
SIAPE 3207468



Emitido em 02/12/2025

MEMORIAL DESCRITIVO Nº 456/2025 - DPP (11.02.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/12/2025 07:23)

MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA

DIRETOR

DPP (11.02.04)

Matrícula: ###330#6

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **456**, ano: **2025**, tipo:
MEMORIAL DESCRITIVO, data de emissão: **02/12/2025** e o código de verificação: **5b62c4426d**